

A ERA DESENVOLVIMENTISTA E A RESSIGNIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS A PARTIR DAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XX.

Carlos Alberto Francisco de Sousa¹

RESUMO

As instituições tem sido objeto de estudo de várias escolas econômicas, sejam estas mais recentes (Novo Institucionalismo Econômico) ou mais antigas (O Velho Institucionalismo Econômico). O estudo das instituições é considerado de suma importância para compreender o desenvolvimento econômico, seja nos países desenvolvidos ou nos países subdesenvolvidos. No Brasil, as instituições da era desenvolvimentista foram determinantes para o planejamento da nação, e para a tentativa da construção de uma economia industrial e economicamente avançada. Entretanto, houve mudanças nos objetivos dessas instituições, a partir dos anos de 1980, com a instabilidade macroeconômica causada pelo choque do petróleo e o colapso de Bretton Woods, a economia brasileira passa por um processo de liberalização fazendo com que as instituições nacionais deixassem de ter por objetivo a construção de um Estado forte e interventor, e concentrassem em medidas pontuais que visavam a estabilidade macroeconômica. Este artigo tem como objetivo demonstrar como as instituições influenciam o desenvolvimento econômico. Em específico, foi uma tentativa de demonstrar que as instituições influenciam o desenvolvimento da nação e por consequência contribui para a promoção do bem estar social da sua população. A metodologia utilizada foi a pesquisa explicativa, através da revisão bibliográfica em livros e revistas científicas. Conclui-se que as instituições importam ao processo de desenvolvimento, sendo elas a causa ou a consequência deste. Nesse sentido, o nível de bem estar social da nação sem dúvida está relacionado com as instituições adotadas por essas sociedades, e que essas instituições tenham a características necessárias para moldar um Estado desenvolvimentista, no sentido proposto por Peter Evans.

Palavras-chave: Instituições. Desenvolvimento Econômico. Desenvolvimentismo.

ABSTRACT

Institutions has been studied by various economic schools, whether newer (New Economic Institutionalism) or older (Old Economic Institutionalism). The study of institutions is considered of paramount importance for understanding economic development, whether in developed countries or in developing countries. In Brazil, the institutions of the era developmental brought him to the nation's planning, and the attempt to build an industrial and economically advanced economy. However, there were changes in the objectives of these institutions, from the 1980s, with the macroeconomic instability caused by the oil shock and the collapse of Bretton Woods, the Brazilian economy is going through a process of liberalization making national institutions ceased to have the objective of building a strong and interventionist state, and concentrate on one-off measures aimed at macroeconomic stability. This article aims to demonstrate how institutions affect economic development. In specific, it was an attempt to demonstrate that institutions influence the development of the nation and therefore contribute to the promotion of the welfare of its population. The methodology used was explanatory research through the bibliographic review in books and scientific journals. It is concluded that care institutions development process, they are the cause or the consequence of this. In this sense, the welfare level of the nation is undoubtedly related to the institutions adopted by such companies, and that these institutions have the features necessary to shape a developmental state, in the sense proposed by Peter Evans.

Keywords: Institutions. Economic development. Developmentalism.

¹ Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), atualmente aluno do Curso de Pós graduação em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais da UEG.

1 INTRODUÇÃO

As instituições tem sido objeto de estudo de várias escolas econômicas, sejam estes mais recentes (Novo Institucionalismo Econômico) ou mais antigos (O Velho Institucionalismo Econômico). O estudo das instituições é considerado de suma importância para compreender o desenvolvimento econômico, seja nos países desenvolvidos ou nos países em desenvolvimento. A análise do pensamento institucionalista torna-se vital para mensurar o peso que as instituições tem dentro do sistema econômico, e sua função para o desenvolvimento econômico da nação.

Este artigo tem como objetivo demonstrar como as instituições influenciam o desenvolvimento econômico. Em específico, foi uma tentativa de demonstrar que as instituições influenciam o desenvolvimento da nação e por consequência contribuem para a promoção do bem estar social da sua população. Para tanto, foi realizado uma pesquisa explicativa e descritiva para identificar os fatores que determinam o papel das instituições no desenvolvimento econômico. Nesse sentido, o método histórico-institucional é o mais adequado, já que ele leva em consideração as relações institucionais ao longo da história.

Para satisfazer esses objetivos, este trabalho esta dividido em duas seções: a primeira discute conceitos importantes no que tange a análise institucional, como, o conceito de instituição e a maneira como essa forma um ambiente institucional adequado ao desenvolvimento econômico. A segunda seção insere o Brasil na discussão pontuando algumas instituições que possam ter contribuído para o desenvolvimento econômico do país. E por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 INSTITUCIONALISMO: CONCEITOS FUNDAMENTAIS DO INSTITUCIONALISMO ECONÔMICO.

A escola institucionalista pode ser dividida em duas correntes de pensamento, o conhecido como “antigo institucionalismo” (Old Institutional Economics – OIE) e a Nova Economia Institucional (NEI). O “antigo institucionalismo” tem como principais autores Veblen, Commons e Mitchell, esta corrente analisava os fenômenos econômicos através da compreensão das normas e valores coletivos e com ênfase na evolução tecnológica,

utilizaram-se de contribuições de outras ciências humanas. A Nova Economia Institucional foi influenciada pelo antigo institucionalismo, tal corrente procura compreender de que forma a matriz institucional influencia no ambiente econômico (AGUILAR FILHO; SILVA FILHO, 2010).

Em Veblen o conceito de instituições pode ser compreendido como um conjunto de valores, normas e leis enraizados na sociedade e sua evolução no curso da história. Assim o presente forma o futuro e a visão de mundo dos homens, fortalece ou transforma seus pontos de vista. Nota-se, portanto, o caráter evolucionário e histórico da abordagem de Veblen (CONCEIÇÃO, 2002).

Entretanto apesar das diferenças que se apresentam principalmente quanto ao método de estudo, as escolas apresentam similaridades, como a hipótese de racionalidade limitada dos agentes, também quanto a influência das normas dos valores sociais sobre o comportamento do indivíduo e a questão da constante retroalimentação que colabora para a perpetuação de uma matriz institucional (AGUILAR FILHO; SILVA FILHO, 2010).

A Nova Economia Institucional reacendeu o interesse dos pesquisadores pelo estudo das instituições. Assim, foi resgatado o interesse pelo institucionalismo original norte-americano e até pela Escola Histórica Alemã (PESSALI; DALTO, 2010).

A Nova Economia Institucional tem por objetivo o estudo das instituições, que estruturam a interação social, econômica e política e a sua função na ordenação das ações humanas (NORTH, 1990 *apud.* VILPOUX; OLIVEIRA, 2010). A eficiência na execução dessa função é importante para a eficiência econômica e para o próprio desenvolvimento econômico da sociedade (VILPOUX; OLIVEIRA, 2010).

Quanto ao conceito de instituições percebe-se a existência de duas visões principais. Uma destas visões está mais ligada a ação humana; assim por esta visão as instituições teriam como principal característica restringir a ação humana, esta vertente fica clara no conceito utilizado por North para instituições. A outra visão é mais ampla, nesta concepção além de restringir a ação humana as instituições tem o papel de formar e orientar a ação humana. Contudo tais visões têm suas semelhanças, pode-se verificar que diversas instituições se utilizam de ambos os conceitos (PESSALI; DALTO, 2010).

Hodgson (2005) segue o conceito de instituição apresentado por North (1990), entretanto vai além, considera que instituições são sistemas de regras, mas vê a necessidade

de definir o que são regras. Segundo ele as regras decretadas e escritas têm pouco efeito, afinal muitas regras são ignoradas por habitantes tanto de países desenvolvidos quanto de países subdesenvolvidos. O importante para se considerar, segundo o autor, são sistemas de regras que são responsáveis por determinar a forma da interação humana. Assim Hodgson (2005. p. 86) chega ao seguinte conceito “*Institutions are durable systems of established and embedded social rules that structure social interactions. In short, institutions are social rule-systems.*”

Nesse sentido instituições incluem convenções, normas legais e formais, além de linguagem, medidas, sistemas de peso, direito, empresas, educação e normas de trânsito. Além disso segundo Searle (1995), citado por Hodgson (2005), instituições são representações mentais, pois essa só pode existir se as pessoas tem relacionadas a elas crenças e atitudes mentais.

Para North (1994. p. 361) *apud* Hodgson (2005. p. 86) “*if institutions are the rules of the game, organizations and their entrepreneurs are the players.*” De acordo com Hodgson (2005) essa afirmação levou a declaração de alguns estudiosos que as organizações não são instituições, afirmativa que Hodgson não considera verdadeira, para ele North apenas demonstra seu interesse em sistemas econômicos e não nas organizações individuais.

Pela natureza incerta e irracional do sistema econômico, as instituições tem como função coordenar os recursos disponíveis de forma a fomentar o bem-estar social, reduzindo os conflitos inerentes a sociedade capitalista, é com o objetivo de reduzir os desperdícios nas atividades econômicas que as sociedades inventam leis, estas leis são as instituições (FIANI, 2011).

2.1 Instituições e desenvolvimento econômico: breve tentativa de aproximação ao caso brasileiro

Alguns pontos são importantes para o estudo do desenvolvimento, entre eles é a diferenciação de instituições e organizações, as primeiras são sistemas sociais de normas enraizadas, e as segundas são um subconjunto de instituições que possuem características distintas de participação e soberania. Outra diferenciação importante é quanto as instituições formais e informais (HODGSON, 2005).

As instituições informais são caracterizadas por não apresentar registros e locais físicos de funcionamento, porém também podem ser hierárquicas, geralmente dentro destas instituições os próprios integrantes são os responsáveis por fiscalizar o seu comportamento e o comportamento do próximo. As instituições formais tem a característica de deixar explícitas principalmente por meio de documentos escritos, as regras e as possíveis consequências da quebra dessas regras (PESSALI; DALTO, 2010).

É necessário compreender como estas regras são estabelecidas e seguidas dentro das sociedades, pois as regras jamais são seguidas apenas pelo decreto, essas regras têm que ser enraizadas nas concepções das pessoas. Porém há necessidade de proteger as instituições informais e os costumes apropriados, nesse sentido é importante regras formais. Um dos problemas do desenvolvimento econômico é quanto a dificuldade de estabelecer instituições que propiciem uma administração pública eficiente e justa. Os países desenvolvidos tem progredido em grande parte porque consegue superar esses problemas em um nível expressivo (HODGSON, 2005).

A administração pública eficiente e justa está diretamente ligada a autonomia do Estado, que está ligada com a estrutura burocrática do mesmo, quanto mais a sua burocracia se aproxima da proposta pelo Max Weber, mas próximo esse Estado está de alcançar maior autonomia em relação as classes que compõe o Estado, devido ao aumento de sua capacidade de agir coletivamente. A burocracia weberiana tem como característica um alto grau de profissionalismo e preparo técnico para o cumprimento das funções administrativas, sem essa burocracia o Estado tende a se fragmentar por ser refém de interesses particulares. Entretanto, a burocracia qualificada proposta por Weber é algo difícil de ser alcançada, principalmente em países que não possuem tradições burocráticas enraizadas, leva-se gerações para construir um arcabouço burocrático de qualidade elevada, e o mesmo pode ser facilmente derrubado por interesses individuais (FIANI, 2011).

Contudo, apenas a burocracia qualificada não é suficiente para promover o desenvolvimento econômico, ela ajuda o Estado quanto a autonomia, mas não pode fazer com que esse se torne uma instituição isolada do resto da sociedade, além da autonomia é necessário que o Estado tenha parceria, ou seja, a autonomia tem que estar acompanhada de uma parceria com agentes privados (FIANI, 2011).

É importante que os países em desenvolvimento melhorem a qualidade de suas instituições, para que fomentem o progresso e o crescimento econômico. Entretanto é importante chamar a atenção para dois pontos: primeiro, o aprimoramento institucional é um processo longo e que é necessário ter paciência, os países desenvolvidos demoraram décadas para aprimorar suas instituições, portanto é inadequado que se estabeleça tempo para que países adaptem-se suas instituições a “padrões globais”. Deve-se apurar com qual velocidade cada aprimoramento institucional tem que ocorrer em cada país em desenvolvimento. Segundo, instituições “boas” só produzem resultados com políticas “boas”, por “políticas boas” entenda-se as políticas aplicadas pelo países desenvolvidos na época em que estavam se desenvolvendo, não as políticas que eles recomendam atualmente (CHANG, 2004).

Chang (2004) considera que o problema das economias em desenvolvimento é que não se dá naturalmente a passagem de setores primários para a produção de mercadorias em setores com maior valor agregado, e esse setor de atividade se constitui no fomentador do desenvolvimento econômico. Para Chang (2004. p. 208-209) “isso ocorre porque, por diversas razões, há discrepâncias entre o retorno social e o individual de investimentos nas atividades de alto valor agregado – ou indústrias nascentes – nas economias em *catch-up*².”

Ha-Joon Chang (2004), aponta ainda, que há por parte dos países desenvolvidos uma tentativa de “chutar a escada”, os países desenvolvidos mudaram de postura de acordo com a sua posição política dentro da economia internacional, assim se antes para progredirem “protegiam a indústria nascente, cooptavam mão de obra especializada e contrabandeavam máquinas dos países mais desenvolvidos, envolviam-se em espionagem industrial e violavam obstinadamente as patentes e marcas.” (CHANG, 2004. p. 114). Agora ao se tornarem desenvolvidos, passaram a defender o livre-comércio. Portanto, os países desenvolvidos estão “chutando a escada”, para evitar o progresso dos países em desenvolvimento.

Chang desenvolve sua linha de pensamento sobre o Estado em duas linhas argumentativas: a primeira é a teórica, com a visão do sistema econômico moderno e o papel dos custos de transação. A segunda é histórica, onde analisa as políticas tomadas pelos países desenvolvidos para identificar as características que tem em comum. Nessa segunda linha de

² Catch-up é o processo pelo qual as economias atrasadas alcançam o mais avançado.

pensamento é onde se desenvolve a sua crítica mais famosa, utiliza-se de exemplos históricos para criticar o pensamento liberal que postula que a adesão ao livre comércio leva ao desenvolvimento (FIANI, 2011).

Dentro da segunda linha de análise Chang (2004) critica o pensamento liberal, afirma que no fim do século XIX, em grande parte do mundo prevaleceram regimes liberais de comércio na maior parte das economias mundiais. Aponta que os países desenvolvidos não implantaram as políticas que a ortodoxia defende e recomenda aos países que estão em desenvolvimento. Ao analisar a Grã-Bretanha demonstra que na maior parte da sua história as políticas adotadas foram intervencionistas, o *laissez-faire* só foi adotado no final do século XIX, e mesmo assim, essa liberalização foi controlada pelo Estado. O livre comércio não durou muito, em 1880 com dificuldades os fabricantes britânicos passaram a reivindicar a proteção estatal. E já no começo do século XX a Grã-Bretanha retorna ao protecionismo ao perceber a perda de competitividade da sua indústria manufatureira.

No caso dos Estados Unidos, Ha-Joon Chang (2004) cita que, praticou uma forte política protecionista, com tarifas e proteção à indústria nascente. Apesar do claro protecionismo, esse não é mencionado e tal país é visto como um país onde reina e reinou o livre comércio. Os Estados Unidos teve políticas protecionistas mais fortes que a Grã-Bretanha e até mesmo no período onde adotou o livre comércio os Estados Unidos prosseguiu protecionista. Só depois da segunda Guerra Mundial quando já havia formado uma supremacia industrial, liberaram o comércio e adotaram um discurso liberal, e mesmo assim não o praticava no mesmo nível que a Grã-Bretanha no seu período livre cambista.

Segundo Chang (2004) quase todos os países desenvolvidos adotaram políticas protecionistas, principalmente Estados Unidos e Grã-Bretanha que são considerados o berço das políticas livre-cambista tomaram medidas de proteção tarifaria.

Outra visão importante, referente ao desenvolvimento econômico. É do economista indiano, Amartya Sen. Este autor aponta a liberdade como principal requisito para o desenvolvimento, nas suas palavras:

o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades que as pessoas desfrutam. O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento, de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social (SEN, 2010 p. 18).

Apesar desses fatores serem importantes para expandirem a liberdades individuais, outros fatores são importantes, como disposições sociais e econômicas e direitos civis (SEN, 2010).

Desde modo, na próxima seção analisaremos em específico o caso brasileiro e o levante do desenvolvimentismo a partir da década de 1930 e como esse fenômeno contribui para a criação de instituições que propiciaram o desenvolvimento econômico da nação.

3 DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO: A CRIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES QUE PROPORCIONARAM O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO E FOMENTAM O BEM ESTAR SOCIAL DO PAÍS.

3.1 A importância do desenvolvimentismo: breves considerações teóricas

O desenvolvimentismo tem suas origens no período de 1930 à 1945, pode-se apontar como fatores que explicam o surgimento da ideologia desenvolvimentista: o impacto interno da crise econômica internacional e a centralização política nacional depois da revolução de 1930 (BIELSCHOWSKY, 2000).

Para garantir a manutenção do sistema capitalista era necessário reformular a economia política com instrumentos capazes de garantir a acumulação de capital, perante suas contradições. Surge então, dentro da própria economia política burguesa, um novo pensamento com o objetivo de superar a ineficiência do liberalismo econômico, o principal instrumento apresentado é o aumento a intervenção do Estado na economia.

Do lado da Nova Economia Política surge Piero Sraffa, Joan Robinson e Edward Chamberlin, que demonstraram que a economia capitalista não era perfeita como supunha os liberais, assim elaboraram a Teoria da Concorrência Imperfeita; por outro lado Joseph Schumpeter, Michael Kalecki e John M. Keynes se empenharam em formular uma teoria do ciclo econômico que ajudasse a neutralizar os períodos de crise. Entretanto, foi Keynes que proporcionou a maior revolução no pensamento econômico da época, conhecida como “revolução keynesiana” (MANTEGA, 1991).

Keynes defendia a intervenção do Estado e, segundo ele, as forças do mercado se deixadas a si mesmas não proporcionariam alocação ótima de recursos, o efeito poderia ser o inverso causando capacidade ociosa, desperdício e desemprego. Portanto, o Estado deveria intervir de forma decidida na economia, e essa intervenção deveria ocorrer não apenas como

regulador e administrador, mas também como agente direto da produção, através do aumento do investimento (MANTEGA, 1991).

No Brasil este embate teórico acontece nos anos de 1930 e se intensifica em 1940, de um lado tem-se Roberto Simonsen que defendia os preceitos intervencionistas, representava o grupo que queria a modernização da economia brasileira, este forneceu o esboço de um novo projeto de desenvolvimento baseado na industrialização, que pregava a proteção da indústria nascente por meio de uma forte intervenção do Estado. De outro lado tem-se Eugênio Gudín, diretor de empresas estrangeiras que defendia o liberalismo (MANTEGA, 1991).

O termo desenvolvimentismo é geralmente usado para definir um período específico no século XX, embora seja mais diversificado espacialmente falando já que se notou o fenômeno nos mais diversos países, entretanto com predominância em países latino-americanos (FONSECA, 2013).

Entretanto existe um dualismo importante ao estudar o desenvolvimentismo, pois este aparece tanto como um conceito na esfera do pensamento, quanto para definir práticas históricas de diversos países, e estão associadas ao que ficou conhecido como Estado desenvolvimentista. Segundo Fonseca, o termo desenvolvimentismo já era utilizado na década de 1950 em larga escala no Brasil, inclusive Celso Furtado utiliza o termo em algumas de suas obras, entretanto em Furtado tal termo não aparece com muita frequência (FONSECA, 2013).

Apesar de ter sido pouco utilizado pelos teóricos do desenvolvimentismo cepalino, o termo é bastante difundido em 1970, principalmente por Bielschowsky, que foi o formulador mais preciso do conceito de desenvolvimentismo. Segundo Bielschowsky (1988), citado por Fonseca (2013), o desenvolvimentismo é a ideologia da transformação brasileira pautada na industrialização como principal forma de superação do subdesenvolvimento brasileiro, a negação da auto regulação do mercado, e o Estado tem por função planejar e interferir na economia, seja orientando ou promovendo investimentos.

Nas palavras do próprio Bielschowsky (2000. p. 7):

Entendemos por desenvolvimentismo, neste trabalho, a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão,

captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.

Assim, Bielschowsky conceitua desenvolvimentismo como ideologia, fato que pode ser explicado pelo seu objeto de estudo que seria o pensamento econômico brasileiro (FONSECA, 2013).

Já Hirschman (1961) trata o desenvolvimentismo como uma ação tomada pelo órgão coordenador – o Estado – no sentido de fazer eclodir os recursos escassos na economia subdesenvolvida, nesse sentido, o planejamento é crucial para tomar tais ações. O que fica claro quando formula sua teoria sobre o efeito completivo do investimento, que é um processo capaz de compensar as dificuldades encontradas pelos países subdesenvolvidos. Esse efeito é o responsável por causar ao investimento mais investimento. Este efeito é essencial para que novas energias sejam canalizadas para o processo de desenvolvimento, e assim poder desfazer o círculo vicioso que atrapalha o desenvolvimento das economias atrasadas. A ação desenvolvimentista tem que ter por objetivo primário dar o máximo de desempenho para este efeito.

Peter Evans diferencia o Estado predatório do Estado desenvolvimentista. Estados predatórios têm como características a falta de burocracia qualificada, e esses tipos de Estados não conseguem impedir que aqueles de altos cargos procurem apenas realizar seus interesses individuais (EVANS, 2004).

O Estado predatório de Peter Evans se aproxima do Estado descrito pela Teoria neoutilitarista, pois é um Estado fragmentado onde os indivíduos que busca apenas os interesses particulares utilizam do arcabouço institucional do Estado para alcançar seus objetivos, não se preocupando com os objetivos coletivos. Portanto, um Estado predatório está desprovido da burocracia weberiana e utiliza-se do seu poder para favorecer os seus membros (FIANI, 2011).

Evans (2004) descreve o Estado predatório como o Estado que oprime os seus cidadãos, retirando a renda da sua sociedade e não oferece serviços sociais em troca. O autor aponta o Zaire como exemplo, que é um Estado que toma qualquer tipo de decisão sem levar em consideração grupos civis da sociedade.

Já o Estado desenvolvimentista se caracteriza por uma grande aproximação a burocracia weberiana, com a utilização da meritocracia no serviço público e a compensação para as carreiras de longo prazo que criam um compromisso da parte do funcionário para com

a administração pública. Enfim, o Estado desenvolvimentista é aquele que consegue combinar autonomia e parceria, o que é possível apenas com uma burocracia weberiana (FIANI, 2011).

Existem, ainda, os Estados intermediários que são aqueles Estados que estão no meio do caminho, sua burocracia apresenta características parciais da burocracia weberiana. Evans destaca no caso brasileiro os bolsões de eficiência burocrática, tendo como principal exemplo o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) (FIANI, 2011).

Peter Evans (2004. p. 105) destaca nesse caso os Estados indiano e brasileiro que segundo ele “têm burocracias que não são caricaturas patrimoniais, mas ainda não contam com a coerência corporativa característica do tipo ideal desenvolvimentista.” Ou seja, as características intermediárias que tornam as estruturas sociais mais complexas e divididas e expõem uma burocracia menos desenvolvida e relações menos organizadas. Com a menor capacidade interna a autonomia e parceria como vestem nos países desenvolvimentistas, fica longe de ser alcançada.

3.2 O desenvolvimentismo brasileiro: a criação de instituições para o desenvolvimento nacional

A economia brasileira foi fundamentalmente influenciada pelo desenvolvimentismo, e também todo pensamento econômico latino-americano. Originário da corrente keynesiana, o desenvolvimentismo foi o principal pensamento econômico nos anos de 1940 e 1950, e foi a principal arma na luta para a industrialização das economias agroexportadoras (MANTEGA, 1991)

Mantega (1991, p. 23) aponta que,

Para transformar os países periféricos, em grande medida ainda agroexportadores, em nações desenvolvidas e com maior autonomia, dizia essa doutrina, era preciso incrementar a participação do Estado na economia por meio do planejamento global, de modo a facilitar o advento da industrialização nacional.

No Brasil, o início se deu através de uma aliança entre os setores agrários voltados para o mercado interno e os novos setores emergentes (empresariado industrial, segmento médios e trabalhadores urbanos) em aversão aos setores agroexportadores, que foram derrotados em 1930 com o início da era Vargas. Contudo, sem uma revolução como houve no México, fez-se um pacto que consolidou a industrialização, mas sem deslocar as lideranças

agrárias do poder, com a característica institucional de excluir os trabalhadores rurais da legislação trabalhista (FONSECA, 2013).

Entretanto, nota-se que as medidas tomadas pelo Estado brasileiro pós-30 vão além dos interesses dos grupos tradicionais da nossa economia, apesar do Estado ainda estar ligado a esses velhos grupos dominantes. Assim, a ideia da industrialização como meio de se alcançar o desenvolvimento foi ganhando força no pensamento e na política da época. As mudanças do Estado no pós-30 tem como marca a destruição das regras do jogo que tendiam a inclinar a economia brasileira para as atividades agrário-exportadoras, também propiciou a criação das condições institucionais para o aumento das atividades ligadas ao mercado interno. Ou seja, tentava-se introduzir uma nova maneira de acumular que se baseia na crescente produção interna (MENDONÇA, 1986).

As mudanças político-institucionais propiciadas pelo Estado Novo, com a multiplicação de agências, institutos conselhos e autarquias propiciaram uma maior participação política. O que aumentava a capacidade de gestão de conflitos entre os setores sociais. No entanto, ao mesmo tempo em que o aumento de órgãos burocráticos aumentava a área de influência para diversas classes, percebia-se que o Estado era o agente com diversas instâncias decisórias. A burguesia industrial fez importantes intervenções em órgãos do governo, principalmente no CFCE (Conselho Federal de Comércio Exterior) e o CTEF (Conselho Técnico de Economia e Finanças). Portanto, utilizando destes instrumentos que a burguesia industrial brasileira conseguiu formular um perfil de afirmação dos seus interesses (MENDONÇA, 1986).

Nesse período a burguesia industrial tenta construir um discurso próprio, através da afirmação que a industrialização seria a única maneira de diminuir a fragilidade econômica brasileira, fragilidade que segundo eles era causada em grande parte por nossa economia ser baseada em agroexportação. Assim, argumentos como intervenção estatal, proteção da economia nacional integraram o discurso dos industriais no período. Então, em 1940, a burguesia consegue formular um programa industrialista, que contribuiria para a definição de um projeto de industrialização que a colocaria como condição primária para o fortalecimento nacional (MENDONÇA, 1986).

No governo Vargas o desenvolvimentismo permite uma maior representação da classe trabalhadora no jogo político, há então a implantação do Estado populista no Brasil, que

incorporava a classe trabalhadora no jogo político e as paralisava, e ao mesmo tempo as submetia ao projeto de desenvolvimento capitalista. Assim, o governo passava uma imagem popular, enquanto o ministério executava políticas capitalistas (MANTEGA, 1991).

Com a queda do Estado Novo, a economia brasileira é alvo de pressões internacionais no sentido de implantar políticas neoliberais, ou seja, o fim do intervencionismo do Estado. Política completamente contrária a que o Brasil estava seguindo. Contudo havia uma forte pressão contra os modelos de desenvolvimento do tipo nacionalista, que tinham como características forte intervenção estatal (MENDONÇA, 1986).

Se durante as décadas de 1940 e 1950 o discurso era intervencionista, após 1955 passa-se a ter um discurso liberal com a abertura da economia brasileira para o capital estrangeiro. Entretanto, ambos os discursos eram denominados nacionalistas, só que cada um com contornos distintos (MENDONÇA, 1986).

Bielschowsky (2000) afirma que, no Brasil, existiam três correntes de desenvolvimentismo, no setor privado, existia uma corrente de economistas que defendiam uma posição antiliberal e desenvolvimentista. Defendiam o apoio estatal à acumulação privada, e possuíam diversas posições quanto ao grau de participação do Estado e o grau de participação do capital estrangeiro. Essa corrente não tinha um posicionamento homogêneo.

No setor público tinha uma corrente, denominada por Bielschowsky (2000), como não nacionalistas. Os economistas dessa corrente apoiavam a participação do Estado na industrialização, entretanto possuíam preferência por soluções privadas em casos de inversões estatais. Tinham inclinação por políticas de estabilização monetária, o que os aproxima dos neoliberais.

Por fim, segundo Bielschowsky (2000), existia também no setor público a corrente dos desenvolvimentistas nacionalistas, os economistas dessa corrente defendiam investimentos estatais em setores estratégicos para o processo de industrialização³. Portanto, dentro do setor público tem-se a presença de duas correntes desenvolvimentistas, a nacionalista é a maior, os não nacionalistas apesar de menor possuíam influência e representatividade no governo.

³ Bielschowsky (2000) aponta como setores estratégicos para a industrialização: mineração, energia, transporte, telecomunicações e algumas indústrias básicas.

O quadro institucional brasileiro mudou totalmente, de acordo com Bielschowsky (2000), após a crise de 1930. A centralização nacional proporcionou a criação de um amplo conjunto de agências planejadoras, como o Departamento Administrativo do Serviço Público, o Conselho Federal do Comércio Exterior, o Conselho Nacional do Petróleo, O Conselho Nacional de Águas e Energia e outras agências.

Nos anos de 1950, Celso Furtado e Barbosa Oliveira fundaram o Clube dos Economistas, esse órgão foi responsável pelo grande encontro dos desenvolvimentistas nacionalistas e deixou marca na Revista Econômica Brasileira que circulou entre 1955 e os anos de 1960, foi à principal difusora das ideias cepalinas no Brasil. A revista Cadernos do Nosso Tempo editado pelo Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp) entre 1953 e 1956, também foi um importante órgão de difusão das ideias nacionalistas. Estes dois órgãos, juntos, constituem instituições básicas de difusão da ideologia nacionalista entre 1953 e 1964 (BIELSCHOWSKY, 2000).

A partir de 1964, começa o que Bielschowsky nomeou de o ciclo desenvolvimentista no regime autoritário”, que seria a segunda fase da era desenvolvimentista. Ao que se refere a esse período, Bielschowsky e Mussi (2005, p. 21) pontuam alguns elementos;

O primeiro é o reconhecimento de que os governos do regime iniciado em 1964 praticaram uma política econômica radicalmente desenvolvimentista até 1980, buscando a continuidade da formação de uma ampla e integrada economia industrial por meio de planejamento e forte intervenção estatal.

Bresser-Pereira (2006) chama atenção que a partir dos anos de 1970 a estratégia nacional de desenvolvimentismo, passa a recorrer a empréstimos externos e a investimentos diretos externos, mas ao mesmo tempo continua com o protecionismo.

Apesar de no Brasil, como em outros Estados desenvolvimentistas, não ter havido a ameaça de conflitos com outras nações ou a eliminação através do uso da força, de classes sociais, no Brasil desde os anos 1930 houve a convenção do crescimento, ou seja, o esforço foi em colocar o crescimento econômico no alto das prioridades econômicas. Assim, o regime militar ao se instalar na economia brasileira em 1964, consolidou esta convenção procurando a intensa acumulação de capital e crescimento, para conseguir legitimação política (BIELSCHOWSKY; MUSSI, 2005).

A corrente governista foi responsável por criar uma serie de instituições que contribuíram para levar as últimas consequências à política de industrialização, assim pode-se levar em consideração dois conjuntos de textos: os seis planos de governo, composto por:

PAEG, Decenal, PED, Metas e Bases, PND I e PND II, e os textos de Roberto Campos e Mario Henrique Simonsen, escritos entre 1965 e 1975. O PAEG objetivava harmonizar a redução da inflação com a recuperação do crescimento, apresentava forte ênfase no planejamento, além de descrever os novos princípios econômicos do novo regime. Iniciava a discussão sobre reformas e inovações institucionais no campo monetário, financeiro, administrativo, e no tratamento do capital estrangeiro (BIELSCHOWSKY; MUSSI, 2005).

Já O Programa Estratégico do Desenvolvimento (PED), aponta que a estratégia para o desenvolvimento deve ser por meio da consolidação das indústrias básicas, a reorganização das indústrias já existentes, além de investimento em infraestrutura econômica e social, e aumento da produtividade agrícola. O próximo plano foi o “Metas e Bases para a ação do governo” apontava uma agenda de investimentos voltados para a agricultura e para a criação de uma infraestrutura que proporcionasse o desenvolvimento das indústrias básicas, além de se preocupar com a construção de uma base tecnológica e científica para o Brasil (BIELSCHOWSKY; MUSSI, 2005).

O I Plano Nacional de desenvolvimento (PND I) é o primeiro plano a ter caráter de expansão acelerada. Seus objetivos eram:

[...] colocar o Brasil no espaço de uma geração na categoria de nação desenvolvida, duplicar em dez anos a renda per capita por meio de promoção de expansão do PIB, “estavelmente, na ordem de 9% ao ano, e expansão industrial acima dos 10%” (p.13). Detalha a expansão desejada do “núcleo de expansão básica” (energia, transportes, comunicação, siderurgia, e matérias primas industriais básicas) em que a responsabilidade do investimento recai principalmente sobre a empresa governamental, e descreve o “modelo econômico de mercado”, como aquele em que se destaca “a influência crescente do Governo na gestão do sistema econômico, com expansão de seus investimentos e da capacidade de regulamentar” (BIELSCHOWSKY E MUSSI, 2005. p. 28-29).

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND II) é uma continuidade da PND I, no que tange a continuidade do controle do investimento pelo Estado e o rápido crescimento. A principal diferença foi quanto à composição dos investimentos, devido à crise do petróleo os investimentos tiveram que ser canalizados mais para a infraestrutura energética (BIELSCHOWSKY; MUSSI, 2005).

De acordo, com Bresser-Pereira (2008) o II PND proporciona a consolidação da aliança entre a burocracia política e os empresários. O regime militar chega ao auge, entretanto há uma insegurança causada pela afirmação democrática das eleições de 1974, quando vários senadores do MDB, partido de oposição, consegue se eleger.

Em 1974, é criado o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) por meio de uma proposta de Mario Henrique Simonsen, na época Ministro da Fazenda. O Conselho tinha como função coordenar a política econômica do regime militar, portanto buscava superar a heterogeneidade política e organizacional do Estado, por meio de uma centralização. Entretanto, essa medida entrava em choque com os interesses da burguesia nacional que procuravam se relacionar com as agências do Estado, e delas conseguirem benefícios quase sempre incoerentes (BRESSER-PEREIRA, 2008).

Os críticos desenvolvimentistas lideraram a oposição ao regime militar, ao contrário dos socialistas, os desenvolvimentistas acreditavam que havia espaço no capitalismo brasileiro para um crescimento socialmente justo, desde que o ambiente fosse democrático e a população pudesse escolher os seus representantes no governo. Esta corrente foi responsável por lançar, em meados dos anos 1960, dois textos importantes que contribuíram para um melhor entendimento da economia brasileira, o “Auge e declínio da substituição de importação” de Maria da Conceição Tavares e o “Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina” de Celso Furtado. O primeiro analisava os motivos do enfraquecimento do modelo de substituições de importações. O segundo apontava que havia uma tendência ao subemprego e a concentração de renda na América Latina, fato que ocorria devido à intensidade do capital indústria e a abundância de mão-de-obra. Os críticos apontavam que o crescimento da economia na época devia-se a grande concentração de renda (BIELSCHOWSKY; MUSSI, 2005).

3.3 A ressignificação das instituições brasileiras

No início dos anos de 1980, depois do começo da crise de endividamento internacional, o tema que passou a tomar a atenção de políticos e economistas, em nível mundial, foi o ajuste estrutural, ou seja, ajuste fiscal e as reformas que privilegiariam o mercado. Nos anos de 1990 a questão do ajuste estrutural permanece só que agora a reforma deslocou se para o Estado, principalmente para a reforma administrativa. O Brasil seguiu essa tendência, o governo de Fernando Henrique Cardoso se dedicaria a reforma da administração pública, embora essa não tenha aparecido na campanha em 1994 (BRESSER-PEREIRA, 1997).

A partir de 1980 os países endividados se dedicaram ao ajuste fiscal, a liberalizar o comércio, a privatizar e a desregular. Apesar das melhoras, os países não voltaram a crescer, assim o pressuposto neoliberal da mínima presença do Estado, que teria a função de garantir apenas os direitos de propriedade e o cumprimento dos contratos, provou ser irreal (BRESSER-PEREIRA, 1997).

Nesse período, no Brasil, inicia-se a era da instabilidade macroeconômica inibidora que parou o crescimento econômico brasileiro, e tirou o foco da discussão econômica sobre o desenvolvimento. Entretanto, a produção intelectual sobre o desenvolvimento permaneceu, mas a influência desenvolvimentista diminuiu se comparado as décadas anteriores. O período de 1980-2005 foi dominado predominantemente pelas questões das restrições macroeconômicas, que dominaram as produções acadêmicas sobre economia (BIELSCHOWSKY; MUSSI, 2005).

Os economistas percebem, no início dos anos de 1980, que um plano de estabilização econômica utilizando apenas a política monetária enfrentaria muitas dificuldades. Até os economistas ortodoxos reconheceram tal fato, entretanto suas análises eram feitas com foco nas fontes de liquidez. Também começa a surgir propostas heterodoxas para a estabilização dos preços, que envolvia efeitos sobre o emprego e a renda. Surgia o esforço de analisar a inflação brasileira como inercial, a análise da inflação inercial foi formulada inicialmente pelo Departamento de Economia da PUC do Rio de Janeiro, principalmente nos trabalhos de Francisco Lopes (1984) e de André Lara Resende e Pérsio Arida (1984), e também de Bresser Pereira e Nakano, em 1984 (BIELSCHOWSKY; MUSSI, 2005).

Segundo Bresser-Pereira (1997) após a crise de 1980, a década de 1990 representa a construção de um novo Estado. Um Estado que será capaz de executar as funções que o mercado não é capaz de desempenhar. Estado que tenha uma burocracia qualificada que preste contas aos políticos, e estes prestem contas aos cidadãos. Para isso seria necessário algumas mudanças essenciais, que são:

a reforma política, que dê maior legitimidade aos governos; ajuste fiscal, a privatização, a desregulamentação, que reduzem o tamanho do Estado e recuperem a sua saúde financeira; e uma reforma administrativa que, combinada com a financeira, dote o Estado de meios para alcançar uma boa governança (BRESSER-PEREIRA, 1997. p. 36).

De acordo com Bielschowsky e Mussi (2005. p. 53) surge dois elementos novos nesse período, “primeiro, ampliou-se a presença da ideia de que seria necessário conjugar políticas

de supressão da inércia com políticas de controle monetário e fiscal”, segundo assinalou como problema básico a excessiva liquidez da dívida interna, o que reforçava a discussão sobre o déficit público. Essas características influenciaram diretamente o Plano Collor, com o fracasso do plano ficou evidente a necessidade de aperfeiçoar o diagnóstico.

Em 1994, é lançado o Plano Real, que utilizando a proposta de Pêrsio Árida e Lara Rezende da superindexação, proposta 10 anos antes pelos autores, agora com a URV no lugar da ORTN, era consenso que a economia brasileira deveria alcançar a estabilidade, o debate residia na forma como o Brasil deveria alcançar esta estabilidade, principalmente na maneira de usar a âncora cambial e os seus efeitos em outras variáveis. Com a crise externa de México, Ásia e Rússia as críticas sobre a âncora cambial se acentuou, com a crise no final dos anos de 1998, e a adoção do câmbio flexível, o foco de discussão deixa de ser a cambial e passa a ser a fiscal.

Enfim, conforme Bielschowsky e Mussi (2005. p. 55), a hegemonia desenvolvimentista foi dissolvida na década de 1980. E começou a tomar lugar políticas de liberalização econômica. Entretanto a ideologia neoliberal não chegou a ser hegemônica no Brasil.

A própria história econômica brasileira não teria dado trégua para que um projeto desse tipo se disseminasse a ponto de alcançar hegemonia: houve hiperinflação até 1994, a crise mexicana tumultuou a vida do Plano Real a poucos meses de seu lançamento e, menos de três anos depois, a frágil macroeconomia do câmbio valorizado foi atingida pela crise asiática.

Entretanto, com a liberalização, as instituições criadas e estruturadas durante a era desenvolvimentistas, que tinham como característica fundamental o Estado interventor, são colocadas à margem do processo de desenvolvimento, já que a visão predominante considerava que o Estado não deveria intervir na economia, e por consequência não deveria se preocupar com o desenvolvimento econômico nacional.

Com o início do segundo plano Collor, em 1991, e com a mudança da equipe econômica para uma aliança política liberal, conservadora que vinha sendo formada desde o fracasso do Plano Cruzado, o país se rendeu aos interesses dos países ricos, e ficou à mercê do Pacto Liberal-Dependente, que era um pacto político composto pelos grandes rentista, o setor financeiro, as multinacionais e os interesses estrangeiros em relação ao Brasil. E foram excluídos os empresários industriais e a burocracia pública que entre 1930 e 1986, foi parte fundamental da vida política brasileira. E assim, com o acordo assinado com o FMI, em

dezembro de 1991, o Brasil passa a ser subordinado formalmente à ortodoxia convencional (BRESSER-PEREIRA, 2008).

Com o acirramento dos limites políticos e econômicos dos orçamentos públicos, resultado de acordos internacionais entre executivos nacionais, que perdiam espaço na realização de manobras fiscais, e ainda a intensiva competição internacional e doméstica para desacreditar saídas coletivas para os problemas sociais e econômicos, fornecia assim apoio ideológico para as privatizações, desregulamentações e para uma predisposição para que a lógica dos mercados livremente competitivos fossem inseridos nos arranjos sociais e econômicos, isto tanto nas economias liberais quanto nas economias com mercado moderado (STREECK; THELEN, 2009).

Para Bresser-Pereira (2008) o que levou as privatizações das empresas, nos anos de 1990, foi a aceitação da ortodoxia de que os investimentos financiados fossem parte do déficit público, isso fez que as empresas ficassem economicamente inviáveis. Bresser-Pereira (2008) considera que tais privatizações foram em parte necessárias, entretanto foram além do limite ao privatizar serviços públicos monopolistas ou quase monopolistas.

Bielschowsky e Mussi (2005) apontam que se pode dividir o pensamento econômico brasileiro em dois grupos, a partir dos anos de 1980: primeiro os neoliberais, nesse grupo destaca-se os economistas da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, e com adesão de professores da PUC a partir dos anos de 1980, segundo essa vertente as falhas de mercado devem ser corrigidas com mais mercado, e não com mais Estado.

Nesse sentido, os neoliberais se orientam por um movimento quase automático (esse “quase” se dá em função da reorientação do papel do Estado) dos mercados em detrimento do planejamento econômico de ordem estatal. Em função disso, os mercados se movimentariam em direção à eficiência das políticas adotadas, tornando o crescimento econômico um fenômeno natural (deslançado e alcançado por meio das ações racionais dos agentes envolvidos).

O segundo grupo são os novos-desenvolvimentistas, onde destacam-se professores da Unicamp e da UFRJ. Ao contrário dos neoliberais, para os novos-desenvolvimentistas o Estado tem importante fundamental importância na economia, reconhecem a necessidade de planejamento para formular estratégias que atendam o anseio de manter o crescimento de acordo com as novas circunstâncias internas e internacionais. Defendem que atividades como

a infraestrutura, os segmentos industriais e de tecnologia, a pesquisa científica, a atuação das pequenas e médias empresas, o mercado de financiamento de longo prazo, não podem ser deixadas a mercê do livre mercado.

As últimas duas décadas do século XX representaram um marco de ruptura político-institucional que, entre 1930 e 1980, sustentou o modo de pensar o desenvolvimento econômico. O enfoque neoliberal esteve bastante presente nessas duas últimas décadas do século XX (em debate com os desenvolvimentistas), esse enfoque só agora vem sendo substituído para a revalorização da ação estatal como requisito básico para o governo conseguir enfrentar crises. Portanto a ênfase antes no mercado volta, novamente, para o Estado devido a impossibilidade de geração espontânea de crescimento (DINIZ, 2007).

Assim, segundo Boschi e Gaitán (2009), nesse momento de reafirmação do compromisso desenvolvimentista é necessário estabelecer o papel do Estado e das instituições no processo socioeconômico. Pois como aponta os autores,

não há possibilidade de crescimento e desenvolvimento sem um Estado forte. Só o Estado, ancorado em um projeto desenvolvimentista em função dos interesses particulares nacionais e regionais, pode-se constituir no regulador das assimetrias do mercado e garantidor das condições de inclusão social (BOSCHI; GAITÁN, 2009. p. 132).

A resignificação das instituições brasileiras para instituições com ideologia liberal, retira da população direitos básicos da população. Colocando em cheque a condições de sociais dessa população e minando de vez as chances de um estado de bem-estar social no Brasil.

Deste modo, tem-se a necessidade de resgate do Estado, no sentido de reestruturar a sua função dentro da economia. Além disso, é necessário que esse exerça papel estratégico para que se possa superar os fatores de atraso econômico. O Estado, através das diversas instituições que o compõe, aparece como ator capaz de suprimir as externalidade negativas (BOSCHI; GAITÁN, 2009).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse artigo tentamos demonstrar que as instituições influenciam sim o desenvolvimento econômico, deste modo estão diretamente ligadas a promoção do bem estar social.

Nesse sentido, após um breve introdução, a seção dois discutiu o conceito de instituições, colocando que instituições são sistemas de regras enraizadas que estruturam as interações sociais. As instituições tem por função aumentar a cooperação e diminuir o conflito, para que se possa alcançar o desenvolvimento econômico.

A seção três aponta que com a crise econômico-financeira, é posto em xeque a hegemonia liberal. Surge então teorias que apontam a necessidade da intervenção estatal (principalmente a teoria Keynesiana. Tem-se duas maneiras de encarar o desenvolvimentismo: primeiro enquanto ideologia, ou seja, um pensamento defendido por um grupo de economistas que aponta como deve ser encarada a questão do desenvolvimentismo em uma economia subdesenvolvida (visão de Bielschowsky). Segundo, o desenvolvimentismo é encarado como uma ação, que deve ser tomada pelo agente regulador, o Estado, no sentido de eclodir os recursos escassos nas economias subdesenvolvidas, assim torna-se importante a questão do planejamento e de uma estratégia desenvolvimentista (visão de Hirschman). A partir dos anos de 1980 começa a “era da instabilidade macroeconômica inibidora” caracterizada principalmente por um baixo crescimento econômico o Estado desenvolvimentista perde força, devido ao colapso do Bretton Woods e o choque do petróleo. Nos anos de 1990, inicia-se um processo de liberalização da economia brasileira, acontece então uma ressignificação das instituições brasileiras.

Em síntese, as instituições importam ao processo de desenvolvimento, sendo elas a causa ou a consequência deste. A literatura do pensamento econômico sobre o papel das instituições no desenvolvimento dos países subdesenvolvidos e/ou em desenvolvimento é recente e está imersa em um amplo debate que envolve várias abordagens e campos de pesquisa. Nesse sentido, o nível de bem estar social da nação sem dúvida está relacionado com as instituições adotadas por essas sociedades, e que essas instituições tenham a características necessárias para moldar um Estado desenvolvimentista, no sentido proposto por Peter Evans.

5 REFERÊNCIAS

AGUILAR FILHO, H. A.; SILVA FILHO, E. B. A crítica novo-institucionalista ao pensamento da Cepal: a dimensão institucional e o papel da ideologia no desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 211-232, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v19n2/a01v19n2.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

_____.; MUSSI, C. **O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005**. Escritório da CEPAL no Brasil, Brasília, jul. 2005.

BOSCHI, R.; GAITÁN, F. Outra Volta no Parafuso Desenvolvimentista: Um Manifesto. **Insight Inteligência**, n. 45, pp. 130-145, abr./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.insightinteligencia.com.br/45/PDFs/10.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Burocracia pública na construção do Brasil. **BRESSER-PEREIRA Website**, 127 p., jun. 2008. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/BOOKS/Burocracia_Publica_construcao_Brasil.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2015.

_____. Estratégia Nacional e Desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 2, p. 203-230, abr./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/102-3.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

_____. Estratégia e estrutura para um novo Estado. **Revista de Economia Política**, v. 17, n. 3, p. 24-38, jul./set. 1997. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/67-3.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

CHANG, H. J. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CONCEIÇÃO, O. A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119-146, jul./ dez. 2002. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/23117/000369565.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

DINIZ, E. O pós-consenso de Washington: globalização, Estado e governabilidade reexaminados. In:_____. (Org.). **Globalização, Estado e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007. p. 19-61, Cap. I.

EVANS, P. **Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

FIANI, R. **Cooperação e conflito: instituições e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.fiani

FONSECA, P.C.D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. Apresentação no seminário “Desafios e Oportunidades para o Desenvolvimento Brasileiro – Aspectos Econômicos”, **Anais eletrônicos**. Instituto de Economia da Unicamp entre os dias 16 e 18 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.reded.net.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=183&view=finish&cid=257&catid=16&lang=pt>. Acesso em: 01 abr. 2015.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HODGSON, G. **Institutions and economic development**: constraining, enabling and reconstituting. In: DYMSKI, G.; PAULA, S. Re-imagining growth towards a renewal of development theory. London: Zedbooks, 2005.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

MENDONÇA, S. R. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

SEN, Amartya k. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de bolso, 2010.

STREECK, W.; THELEN, K. Institutional Change in Advanced Political Economies. In: **Debating Varieties of Capitalism** – a reader. Oxford University Press, 2009.

VILPOUX, O. F.; OLIVEIRA, E. J. de. Instituições informais e governanças em arranjos produtivos locais. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 85-111, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v14n1/a05v14n1.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2015.